



40 ANOS DEPOIS DAS LUTAS COMUNITÁRIAS PELA PRESERVAÇÃO DOS BAIRROS DA SAÚDE, GAMBOA E SANTO CRISTO

40 AÑOS DESPUÉS DE LAS LUCHAS COMUNITARIAS POR LA PRESERVACIÓN DE LOS BARRIOS DE SAÚDE, GAMBOA Y SANTO CRISTO

THE COMMUNITY STRUGGLES FOR THE PRESERVATION OF THE NEIGHBORHOODS OF SAÚDE, GAMBOA AND SANTO CRISTO 40 YEARS LATER

Eixo 2 - Patrimônio, sociedade e diversidade

Claudio Antônio Santos Lima Carlos

Pós-Doutorando em Urbanismo (PROUB/FAU/UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Curso de Arquitetura e Urbanismo – claudio.limacarlos@gmail.com

Resumo:

Pretende-se revisitar, após quarenta anos, os propósitos originais do movimento social urbano organizado que resultou na proteção legal dos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, na cidade do Rio de Janeiro, com vistas a uma avaliação crítica dos seus resultados e desdobramentos. Sob o ponto de vista teórico, utiliza-se o conceito de Direito à Cidade estabelecido por Lefebvre, em 1968, bem como as discussões posteriores desenvolvidas por Castells (2008), Harvey (2011, 2014), dentre outros autores. Observa-se que a proteção urbana não foi capaz de afastar as intenções da prefeitura de renovação radical da ocupação física e social da região formada pelos citados bairros. Os benefícios demandados originalmente pelas comunidades, no tocante à infraestrutura, segurança, transporte e conservação do seu patrimônio cultural ainda não ocorreram efetivamente. No entanto, o persistente e progressivo processo de esvaziamento e obsolescência da região ainda se mantém. O quadro justificou a retomada, em 2009, das antigas intenções da prefeitura de renovação urbana radical da área portuária, a partir da retroárea do Cais da Gamboa, em processo de desativação e esvaziamento, desde os anos 1990. As citadas intenções foram materializadas na Operação Urbana Consorciada, denominada oficialmente de Projeto Porto Maravilha, cuja área de intervenção incluiu toda a APAC-Sagas. A proposta de reurbanização, tipo waterfront, que incluiu a demolição do viaduto da avenida perimetral, o enterramento das pistas de rolamento e a previsão de drástica verticalização da retroárea (gabaritos de 30 a 50 pavimentos), passou a ser encarada como a solução definitiva de revitalização da região que também foi conectada ao Centro por linhas de VLT. O Porto Maravilha menciona o incremento ao uso residencial na área e a inserção de novos habitantes, sem mencionar os existentes, tampouco estratégias de mitigação da inevitável gentrificação.

Palavras-chave: Conservação urbana, Planejamento urbano, Patrimônio Cultural.



Resumen: Se pretende retomar, después de cuarenta años, los propósitos originales del movimiento social urbano organizado que resultó en la protección legal de los barrios de Saúde, Gamboa, Santo Cristo y parte del Centro, en la ciudad de Río de Janeiro, con el objetivo de una evaluación crítica de sus resultados y desarrollos. Desde un punto de vista teórico, se utiliza el concepto de Derecho a la Ciudad establecido por Lefebvre en 1968, así como las discusiones posteriores desarrolladas por Castells (2008), Harvey (2011, 2014), entre otros autores. Se observa que la protección urbana no logró despegar las intenciones del ayuntamiento de renovación radical de la ocupación física y social de la región formada por los barrios mencionados. Los beneficios originalmente demandados por las comunidades, en términos de infraestructura, seguridad, transporte y conservación de su patrimonio cultural, aún no se han producido de manera efectiva. Sin embargo, el persistente y progresivo proceso de vaciamiento y obsolescencia de la región aún continúa. La situación justificó la reanudación, en 2009, de las viejas intenciones del ayuntamiento de renovación urbana radical de la zona portuaria, desde la zona retro del Muelle de Gamboa, en proceso de desactivación y vaciado, desde la década de 1990. Las intenciones antes mencionadas se materializaron en el Consorcio de Operación Urbana, oficialmente denominado Proyecto Porto Maravilha, cuya área de intervención incluía la totalidad de APAC-Sagas. La propuesta de reurbanización tipo frente marítimo, que incluía la demolición del viaducto de la avenida perimetral, el soterramiento de los carriles y la provisión de una drástica verticalización de la zona retro (de 30 a 50 pisos), llegó a ser vista como la solución definitiva para la revitalización de la región, que también estaba conectada con el Centro por líneas de VLT. Porto Maravilha menciona el aumento del uso residencial en la zona y la inserción de nuevos habitantes, sin mencionar a los existentes, ni estrategias para mitigar la inevitable gentrificación.

Palabras-clave: Conservación Urbana, Urbanismo, Patrimonio Cultural.



Abstract:

It is intended to revisit, after forty years, the original purposes of the organized urban social movement that resulted in the legal protection of the neighborhoods of Saúde, Gamboa, Santo Cristo and part of the Downtown, in the city of Rio de Janeiro, with a view to a critical evaluation of its results and developments. From a theoretical point of view, the concept of Right to the City established by Lefebvre in 1968 is used, as well as the subsequent discussions developed by Castells (2008), Harvey (2011, 2014), among other authors. It is observed that urban protection was not able to remove the intentions of the city hall of radical renewal of the physical and social occupation of the region formed by the aforementioned neighborhoods. The benefits originally demanded by the communities, in terms of infrastructure, security, transportation and conservation of their cultural heritage, have not yet effectively occurred. However, the persistent and progressive process of emptying and obsolescence of the region still continues. The situation justified the resumption, in 2009, of the old intentions of the city hall of radical urban renewal of the port area, from the retro-area of the Gamboa Wharf, in the process of deactivation and emptying, since the 1990s. The aforementioned intentions were materialized in the Consortium Urban Operation, officially called the Porto Maravilha Project, whose area of intervention included the entire APAC-Sagas. The waterfront-type reurbanization proposal, which included the demolition of the viaduct of the perimeter avenue, the burying of the lanes and the provision of drastic verticalization of the retro-area (30 to 50 floor sizes), came to be seen as the definitive solution for the revitalization of the region, which was also connected to the Center by VLT lines. Porto Maravilha mentions the increase in residential use in the area and the insertion of new inhabitants, without mentioning the existing ones, nor strategies to mitigate the inevitable gentrification.

Keywords (título em negrito e itálico): Conservação urbana, Planejamento urbano, Patrimônio Cultural.



40 ANOS DEPOIS DAS LUTAS COMUNITÁRIAS PELA PRESERVAÇÃO DOS BAIRROS DA SAÚDE, GAMBOA E SANTO CRISTO

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo principal revisitar os propósitos e as reivindicações originais do movimento social urbano organizado que resultou na proteção legal dos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, visando uma avaliação crítica dos seus desdobramentos e resultados, após quarenta anos.

O citado movimento social, iniciado em 1983, pela Associação de Moradores e Amigos da Saúde (AMAS) originou, em 1984, o Projeto Sagas.¹ O movimento social denunciou um deliberado processo de obsolescência de sua infraestrutura urbana e da degradação das condições de habitabilidade imposto pela legislação municipal, que ameaçava a manutenção da sua tradicional população, bem como a integridade do seu relevante patrimônio cultural, material e imaterial. Diversas propostas de renovação e verticalização radicais do tecido que compunha a retroárea do Cais da Gamboa (em processo de esvaziamento e obsolescência), de interesse da Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro, da construção civil e estimulados pela prefeitura, completavam o quadro de ameaças às comunidades locais. Apesar do cenário estabelecido, ocorreu a proteção legal, tendo em vista a mobilização comunitária associada ao contexto político, do país e da cidade, pautado pela redemocratização, após 21 anos de ditadura civil-militar.

No entanto, observou-se, após a proteção, uma gradativa desmobilização comunitária combinada à persistência do processo de esvaziamento e obsolescência da região em função da falta de investimentos públicos, que justificou a retomada, em 2009, das antigas intenções da prefeitura de renovação urbana radical da área portuária, a partir da retroárea do Cais da Gamboa. As citadas intenções foram materializadas na Operação Urbana Consorciada, denominada oficialmente de Projeto Porto Maravilha, cuja área de intervenção incluiu toda a APAC-Sagas.

Para atingir-se o objetivo proposto, o artigo se estrutura em três partes. Visando embasar as análises do movimento social que originou o Projeto Sagas, é proposta, inicialmente, uma breve abordagem do conceito de Direito à Cidade estabelecido por Henry Lefèvre, em 1968, e retomado, posteriormente, por Castells (2008), Harvey (2011, 2014, 2015), dentre outros autores. A luta pelo Direito à Cidade no ambiente urbano, foi fruto da desigualdade de tratamento dispensado pelo Estado, às comunidades e bairros mais pobres. Ela materializa, de forma inequívoca, a luta de classes em seus espaços.

Na segunda parte do artigo, são revisitadas as etapas que culminaram com a proteção dos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, a partir de 1983. São citados relatos de lideranças comunitárias e arquitetos envolvidos diretamente no Projeto Sagas, colhidos em evento realizado no dia 14 de agosto de 2024, no antigo Centro Cultural José Bonifácio, atual Museu da História e da Cultura Afro Brasileira (MUHCAB). Destacam-se os objetivos do movimento social urbano organizado em face dos problemas ainda enfrentados pelas comunidades locais. Finalmente, são citadas algumas das várias propostas de revitalização da área portuária, ocorridas nos anos 1990, quando aconteceu uma significativa mudança na governança da cidade que aderiu ao empreendedorismo urbano e aos Planos Estratégicos, como instrumentos de planejamento, sob

¹ - Sagas é uma nomenclatura criada a partir dos nomes dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo.



um contexto de liberalização da economia nacional. Esta mudança se materializaria no Projeto Porto Maravilha, em 2009. Nas duas etapas são também utilizadas como fontes de pesquisa, notícias sobre a região portuária publicadas nos jornais O Globo e Jornal do Brasil, nos anos 1980, tendo em vista a grande mobilização da opinião pública a respeito da sua revitalização.

O DIREITO À CIDADE

Uma cidade é para quem vive nela, não para quem vive dela.
(Amir Haddad - ator, diretor de teatro e teatrólogo)

A modernidade deu grande relevo às questões urbanas emergentes com o crescimento, sem precedentes, das cidades e das sociedades que nelas habitam. As cidades como suportes da vida urbana, transformaram-se, gradativamente, em objetos cada vez mais complexos que falharam no seu ordenamento e no oferecimento de acesso igualitário de serviços e infraestrutura aos seus habitantes. As novas escalas parcelares possibilitaram a formação de contrastes entre o “antigo e o novo”, o “perto e o longe”, as localizações “melhores e piores”, em termos de acesso à infraestrutura urbana e serviços, dentre outros.

Em tese, todos, sem exceção, que habitam as cidades deveriam desfrutar dos mesmos direitos ao acesso às condições de conforto que ela oferece. No entanto, na prática, as cidades passaram a reproduzir e materializar a luta de classes. Estratégias de poder das classes sociais hegemônicas passaram a moldar as cidades, segundo seus interesses e conveniências, por meio das políticas que orientam o planejamento do uso e da ocupação do seu solo. Cabe citar Borja (*apud* Montaner, 2014, p.8-9) quando afirma que o urbanismo “(...) nasceu e se desenvolveu como disciplina prática de intervenção sobre o território para ‘ordená-lo’, com o fim de organizar o funcionamento da cidade e o acesso aos bens e serviços coletivos de seus habitantes e usuários.” Desta forma, a transformação social, a melhora da qualidade de vida e a redução de desigualdades seriam vocações naturais desta área do conhecimento humano que, por isso, Borja (Montaner, 2014, p.8) caracteriza como “de esquerda”, opondo-se à prática da especulação imobiliária, por ele classificada como “de direita”. No entanto, a vocação “de esquerda”, atribuída originalmente ao urbanismo, foi gradativamente desaparecendo, “naturalizando”, atualmente, como evidências objetivas ou como mecanismos intocáveis os efeitos perversos do capitalismo especulativo dominante. (Jordy *apud* Montaner, 2014, p. 9) Castells (2008, p.20), sobre o contexto formado, observa que o que parece uma deficiência, na verdade é uma “consequência necessária da lógica do desenvolvimento capitalista” manifestado nas cidades.

Lefebvre ([1968]2009, p. 5-6), sob esse contexto de desigualdade, formulou o conceito de Direito à Cidade que foi caracterizado a partir de conflitos entre “poderosos e oprimidos”, gerados a partir de contrastes formados entre riqueza e pobreza, nas cidades que acabaram por se transformar em verdadeiras arenas. Estes embates, no entanto, não impediram o surgimento de sentimento de “(...) apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra” que ela representa. De um lado, o gasto suntuoso em “edifícios, palácios, embelezamentos, festas”, se opõe drasticamente ao direito de habitar, de ter acesso a serviços básicos, infraestrutura etc. (Lefebvre, [1968]2009, p. 5-6). A crise urbana experimentada pelos oprimidos, na verdade provém da “crescente incapacidade da organização social capitalista para assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo necessários à vida cotidiana, da moradia às escolas, passando pelos transportes, saúde, áreas verdes etc.” Em síntese:



O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE [1968]2009, p.135)

Harvey (2014, p.15) destaca que a luta pelo Direito à Cidade surge “basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.” Ricos e pobres, opressores e oprimidos dividem e amam a mesma cidade, mas no final, onde há, teoricamente direitos iguais, “o que decide é a força”. Os resultados dessa luta se materializam na paisagem da cidade: aos “vitoriosos”, os grandes projetos e empreendimentos imobiliários em áreas privilegiadas, ou assim transformadas; aos “perdedores”, exclusão, sub habitação e obsolescência. Em função da assimetria entre os poderes decisórios sobre a cidade, Montaner (2014, p.32-33) destaca que a partir de 1960, os movimentos sociais urbanos começaram a ganhar relevância, expressando, segundo Denise Scott Brown “a opinião das maiorias silenciosas”.

No mesmo período, concomitantemente ao desenvolvimento das ideias marxistas voltadas ao planejamento das cidades difundidas especialmente pela Escola Francesa de Urbanismo, observou-se, uma gradual “perda de prestígio da função social das cidades, no capitalismo central”, combinada à ascensão das ideias neoliberais de governança e a gradativa perda de espaço do *Welfare State*, dentre outros. Faz parte deste contexto, a tendência de privatização dos serviços públicos, ocorrida após os anos 1980. Apesar do triunfo neoliberal, a luta pela presença e maior qualidade desses serviços permaneceram como questões cruciais para comunidades periféricas ou centrais da atualidade. (Maricato, 2015, p.21, 22)

Perante a nova lógica neoliberal, não sobraram alternativas para outras perspectivas que não sejam as oferecidas pelo livre mercado que rege a vida das sociedades e estabelece as regras para o planejamento do solo das cidades, que se transformaram em um grande negócio, sendo a renda imobiliária, seu motor central. No Brasil, a perspectiva de crescente obtenção de renda fundiária nas cidades, apontou como indispensável, a parceria entre capital imobiliário e os gestores públicos em geral, com destaque para os poderes legislativos e executivos municipais, responsáveis pelo planejamento do uso e ocupação do solo das cidades brasileiras. A forte atuação de *lobbies* imobiliários junto aos poderes executivos e legislativos geram legislações urbanas e edilícias capazes de incentivar investimentos públicos voltados à valorização e ao favorecimento de bairros considerados estratégicos para o setor. (Maricato, 2015, p. 23, 24)

Montaner (2014, p. 21) destaca o papel de espécie de “banco de investimentos” que a cidade passou a desempenhar no século XXI, afirmando que:

No novo cenário mundial que se apresenta no começo do século XXI, a cidade vai se transformando cada vez mais no lugar do negócio financeiro, com operadores mais poderosos e mais incontroláveis do que nunca, que buscam rendimento imediato e um compromisso mínimo com o lugar onde realizam o investimento. Cada cidade é um lugar que pode ser explorado a fim de que contribua com o capital global; certas morfologias urbanas expansivas e dispersas, tipologias arquitetônicas como arranha-céus e mecanismos neoliberais de gestão são os que favorecem esses interesses.

Segundo Harvey (2015, p. 205) “trata-se da racionalidade suprema do mercado versus a tola irracionalidade de tudo o que não seja o mercado”. A “urbanização tem cada vez mais constituído um sítio primário de infundável acumulação de capital que administra suas próprias formas de barbárie e violência sobre populações inteiras em nome do lucro.” (Harvey, 2015, p.3) Ela (...) se



tornou o centro de atividades econômicas avassaladoras em escala planetária nunca antes vista na história da humanidade.” De forma pessimista, Harvey (2015, p. 205) conclui que resta à maioria da população contentar-se com o tipo de cidade que lhes é imposto.

Na cidade do Rio de Janeiro, esta lógica perversa se impôs sobre seu planejamento nos anos 1990, por intermédio da adoção dos Planos Estratégicos, elaborados pela Associação Comercial, Prefeitura e setores da construção civil, que colocaram de lado o seu primeiro Plano Diretor (1992), instrumento de planejamento produzido democraticamente com a participação da sociedade organizada. A possibilidade de sediar grandes eventos internacionais e a mundialização da marca Rio de Janeiro, amplamente divulgadas por intermédio de farto material de propaganda, contribuíram para o convencimento de boa parte da opinião pública, por intermédio da construção de uma cidade irreal, apagando seus graves problemas sociais, de infraestrutura etc. O momento também marcou o início de um processo de arrefecimento das lutas realizadas, nos anos 1980, pelas associações de moradores de bairros em prol de melhorias estruturais, proteção do seu patrimônio cultural, dentre outros. Por outro lado, o enfraquecimento de partidos políticos com ideias progressistas para a administração da cidade, contrárias às “leis de mercado”, destacou gradativamente, como única opção, as propostas de planejamento urbano voltadas a satisfazer os interesses do mercado imobiliário e da indústria turística. Com relação a este fenômeno, Harvey (2015, p. 204) observa que “(...) toda contestação às glórias do livre mercado (de preferência com nichos assegurados por decreto, monopolizado e subsidiado pelo Estado na prática) tem de ser impiedosamente combatida ou desqualificada até desaparecer.”

Em face do contexto atual do planejamento das cidades, especialmente o Rio de Janeiro, só restam às comunidades urbanas não contempladas pelos privilégios e benesses do Estado, duas alternativas: a mobilização e luta pelo direito à cidade ou contentar-se com o tipo de cidade que lhes é imposto.

A PROTEÇÃO DOS BAIRROS DA SAÚDE, GAMBOA, SANTO CRISTO E PARTE DO CENTRO

Antecedentes

Observa-se, do ponto de vista teórico, que o Projeto Sagas exemplifica a luta pelo Direito à Cidade estabelecido por Lefebvre ([1968]2009), tendo em vista tratar-se de um movimento de luta comunitária por melhores condições de habitar em uma região marcada historicamente pelo preconceito e a exclusão social.

A rejeição e o preconceito social com relação à região portuária e seus bairros limítrofes foi consequência de um longo processo de segregação, explicado pela deliberada localização de atividades ambientalmente impactantes, denominadas por Rabha (1994, p.63) como “usos sujos”. Devido à sua localização litorânea, estrategicamente situada “perto, mas fora do Centro”, a região foi considerada ideal para exercer tais funções que deveriam ficar em uma distância suficiente para não macular sua simbólica imagem. Um dos principais usos atribuídos à região foi o comércio negreiro, durante o período 1775-1830, no Cais do Valongo, declarado patrimônio mundial (Unesco, 2018).²

² - Foi o porto de entrada, entre c. 1775 e 1830, de possivelmente entre 500 mil a 900 mil africanos escravizados no Brasil. Em 1831, com a proibição oficial do tráfico de africanos escravizados nos portos Brasileiros, o Cais do Valongo deixou de realizar esta função. Em 1843 construiu-se sobre ele o Cais da Imperatriz, porto para receber a Imperatriz



No início do século XX, a agenda de reformas executadas pelo prefeito Pereira Passos, incluiu a retificação do litoral da região e a construção do moderno Cais da Gamboa. Por outro lado, as obras de construção da atual Avenida Rio Branco e o redesenho da malha da área central ocasionaram a expulsão de grandes contingentes de população negra e pobre que migraram para a região, que já se apresentava como alternativa de localização barata e próxima ao Centro. Cabe destacar que já se localizavam na região o Morro da Providência – a primeira favela da cidade – o maior cortiço da cidade, batizado de Cabeça de Porco e a região conhecida por “Pequena África”, associada às populações de negros libertos e berço do samba. As grandes alterações do sistema viário, ocorridas no Centro, ao longo do século XX, tais como, a construção da Avenida Presidente Vargas e do viaduto da Avenida Perimetral, reforçaram a situação de isolamento viário, paisagístico e de invisibilidade da área portuária (Lima Carlos, 2010, 2016).

A partir dos anos 1970, observou-se um processo gradual de obsolescência e subutilização do Cais da Gamboa, agravado nos anos 1980, com a transferência gradativa de funções para o Cais do Caju. O quadro contribuiu decisivamente para o esvaziamento da sua retroárea, o que gerou o abandono de armazéns e galpões localizados ao longo da Avenida Rodrigues Alves. A área também refletiu as consequências causadas pela adoção de estratégias neoliberais por parte do governo federal que se materializaram na gestão de Fernando Collor de Mello, eleito em 1989. Collor empreendeu um amplo programa de privatizações e extinções de empresas estatais, julgadas pelo seu governo como desnecessárias ao Estado, dentre elas, a PORTO-BRAS responsável pela administração de todos os portos brasileiros. Com a extinção a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), responsável pelo Cais do Porto e integrante do sistema PORTO-BRAS, ganhou autonomia e com ela, a obrigação de fazer superávit com o patrimônio sob sua responsabilidade. A situação gerou um comportamento especulativo da CDRJ, com relação ao patrimônio imobiliário sob sua responsabilidade localizado na retroárea do cais da Gamboa (Avenida Rodrigues Alves), já bastante subutilizado. As mudanças político-administrativas ocorridas no país e na cidade, na segunda metade do século XX, determinaram a mudança de perfil da região que passou a ser considerada como potencial meio de obtenção de mais valia e exploração turística.

A partir da gestão do prefeito Cesar Maia (1993-1996), a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro passou a adotar os mesmos princípios neoliberais do governo federal. Desta forma, o quadro urbanístico e social observado na região foi encarado pelo poder público e indústria da construção civil, como justificativa suficiente para sua radical renovação urbana. Sob este contexto, a região portuária carioca tornou-se objeto de intensos debates que envolveram a academia, escritórios de arquitetura e o poder público municipal, tendo como referências algumas experiências de revitalizações portuárias ocorridas em cidades no exterior, tais como Baltimore, Barcelona, Gênova, Hamburgo, dentre outras. O quadro gerado justificou o surgimento de propostas radicais de revitalização da retroárea do Cais da Gamboa e a renovação das áreas urbanas limítrofes que desprezavam os possíveis impactos sociais e urbanísticos nos contextos pré-existentes. Projetos de revitalização como o proposto pela Riopart (Participações e Empreendimentos S.A., criada em 1982) em parceria com a Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro (ACRJ), no início dos anos 1980, iniciaram as especulações sobre a região e ameaças à permanência das comunidades locais.

Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, segunda esposa de D Pedro II. Entretanto o tráfico de escravos não deixou de acontecer no Brasil e a região continuou sendo local de comércio de escravos e local de moradia e trabalho de muitos africanos e seus descendentes, cativos ou libertos. Esta característica só começou a ser perdida com as reformas urbanas do séc. XX, e o aterro, e construção da Praça Jornal do Commercio.

<https://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab/cais-do-valongo-e-pequena-africa>, acesso em 22/08/2024.



O Projeto Sagas

Em face do quadro de abandono e de ameaças de radical renovação da região, a Associação de Moradores e Amigos da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro (AMAS - fundada em 1982) organizou o evento denominado 1ª Quinzena de debates sobre o bairro da Saúde, ocorrido de 7 a 21 de agosto de 1983, que contou com a participação de outras associações de moradores locais - dentre elas a do Morro da Providência - autoridades dos governos federal, estadual e municipal, da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), Associação Comercial, dentre outros. O evento denunciou, dentre outros problemas da região, os usos incompatíveis com o residencial, tais como pequenas e médias indústrias, depósitos, gráficas, transportadoras e garagens que deterioravam a qualidade de vida local, afastando moradores tradicionais e desestimulando a chegada de novos. O quadro formado contribuía para o agravamento da sua histórica imagem negativa.

Os debates realizados destacaram os já citados problemas e ameaças à região, apontando para "a formação de uma comissão de estudos para elaboração de um Plano Integrado de preservação e revitalização social, cultural e urbana para os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo." A proposta excluiu a faixa do cais do porto e seus armazéns, compreendidos pelas Avenidas Venezuela, Francisco Bicalho e áreas próximas à rodoviária tendo em vista que o objetivo da mobilização comunitária era a manutenção e valorização da função residencial. (Sampaio, 1994, p. 69)

4 • O GLOBO

LEOPOLDINA

Sexta-feira, 16/9/83

A ÁREA, CONSTRUÍDA NO SÉCULO XIX, ESTÁ AMEAÇADA DE DEMOLIÇÃO

Saúde e Santo Cristo querem respeito

Moradores da Saúde e Santo Cristo, através das associações de moradores, estão mobilizados — e tentando sensibilizar outras entidades — contra a recente proposta de construção de um Centro In-

ternacional de Comércio, junto ao cais do porto. Os moradores pretendem — com a conservação da estrutura do bairro, que data do século XIX — preservar a memória da cidade e garantir o direito de continuar residindo pró-

ximo ao local de trabalho.

Para enfrentar as pressões que dizem estar sofrendo — com a crescente compra, por grandes empresas, de antigas vilas que são transformadas em edifícios —, eles já reali-

zaram uma quinzena de debates sobre o bairro e formaram uma comissão para estudar um novo zoneamento para a Saúde e Santo Cristo, que atenda a todas as partes. Os moradores da Saúde não reconhecem o desmembramento do bairro, que origi-

nou a Gamboa. Segundo os moradores, com a modificação, a Igreja da Saúde — de onde veio o nome ao bairro — acabou ficando situada na Gamboa.

A descaracterização de algumas construções e a destruição de outras

chegou ao conhecimento e está preocupando o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico Nacional que, em reunião esta semana, aprovou projeto para proteção do Morro da Conceição e adjacências, abrangendo 1,23 mil imóveis.

Figura 1. Matéria publicada no caderno Leopoldina do jornal O Globo, em 16/09/1983, que noticia a insatisfação de moradores dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo com a construção de um Centro Internacional de Comércio, junto ao cais do porto. “Os



moradores pretendem – com a conservação da estrutura do bairro, que data do século XIX, preservar a memória da cidade e garantir o direito de continuar residindo próximo ao local de trabalho.” Fonte: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>



Saúde, “doente”, aguarda tratamento

“Saúde está doente”. Este slogan faz parte da campanha da Associação de Moradores e Amigos da Saúde que reivindica, desde a sua criação há dois anos, uma série de providências para o bairro. Renovação da iluminação pública de dez ruas e da Praça da Harmonia, que se encontra em estado precário; desapropriação de dois terrenos abandonados — um da União e outro do Município — para serem transformados em área de lazer; moralização ou transferência do Albergue João XXIII; e preservação de 27 prédios (na Saúde, Gamboa e Santo Cristo) tombados pelo Município.

— A nossa única praça está sem

iluminação, bancos, brinquedos e gramado. E nos últimos meses foi invadida por moradores de Albergues que desocuparam e só fizeram caminha na área — disse o presidente em exercício da associação, Carlos Machado.

O problema do Albergue João XXIII está constantemente na pauta da associação porque não tem capacidade física para abrigar os 150 jovens que vivem lá e que ficam perambulando pelas ruas do bairro. Para solucionar o problema, a associação elaborou um projeto — que visa a transferência do Albergue para a periferia da cidade — de transformar o

local em escola para menores abandonados.

Quanto à preservação dos bens tombados, outro projeto da associação que foi aprovado no início deste mês pelo Município, a comunidade espera que as obras de restauração sejam realizadas imediatamente, já que muitos prédios estão em péssimo estado de conservação.

A área de lazer planejada para ser construída em 400 mil metros quadrados — dois terrenos que há anos estão desocupados — também tem prioridade, uma vez que a população não conta com qualquer espaço para recreação.

Figura 2 – “Saúde está doente”. “Este slogan faz parte da campanha da Associação de Moradores e Amigos da Saúde que reivindica, desde a sua criação há dois anos, uma série de providências para o bairro. Renovação da iluminação pública de dez ruas e da Praça da Harmonia, que se encontra em estado precário; desapropriação de dois terrenos abandonados — um da União e outro do Município — para serem transformados em área de lazer; moralização ou transferência do Albergue João XXIII; e preservação de 27 prédios (na Saúde, Gamboa e Santo Cristo) tombados pelo município.” Fonte: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>

Em seguida, foi formado o Grupo de Trabalho Comunitário e Institucional para Valorização do Patrimônio Cultural dos Bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, integrado por representantes do IPHAN, Instituto Estadual de Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (Inepac), do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural da cidade do Rio de Janeiro (CMPC), do Instituto Municipal de Arte e Cultura (RIOARTE), das Associações de Moradores da Saúde e de Santo Cristo, dentre outros. Os debates apontaram para a necessidade de criação do Projeto Sagas que tinha como principal objetivo a realização do inventário arquitetônico dos três bairros, com vistas a embasar uma legislação de preservação. Havia também a intenção, numa etapa posterior, de registrar manifestações culturais locais, o que não se concretizou. O inventário arquitetônico foi concluído em outubro de 1984. (Sampaio, 1994, p.70) A partir dele e dos problemas incidentes na região, toda a legislação urbanística, de uso e ocupação do solo e edilícia vigente para a área foi revista, priorizando o uso residencial e a manutenção das ambientes dos bens destacados como passíveis de proteção.

Segundo matéria publicada no Caderno Cidade, do Jornal do Brasil, de 21/10/1984:

Os movimentos de preservação histórica e cultural no Brasil ganharam, na semana que passou, no Rio de Janeiro, um marco inédito: ficou pronto o primeiro projeto feito em conjunto



pelas comunidades interessadas e pelos órgãos oficiais apropriados, em todos os níveis administrativos – federal, estadual e municipal.³

Apesar das dificuldades, encontradas pela AMAS, em 1985, a Prefeitura estabeleceu uma Área de Proteção Ambiental (APA), por intermédio do Decreto 5.451, que abrangeu os três bairros e parte do Centro (II RA). O Decreto foi inovador no contexto legislativo carioca, inserindo pela primeira vez, a proteção urbana a partir da identificação e classificação dos componentes arquitetônicos mais relevantes do ambiente urbano. Surgiu assim a figura do “bem preservado”, obra modesta que assume relevância na paisagem urbana por constituir expressivos conjuntos arquitetônicos que conferem sentido e condições de leitura aos bens tombados, de notável valor histórico, social e artístico. A legislação ainda inseriu a tutela sobre as edificações localizadas na APA, não classificadas como bens tombados ou preservados, chamadas de “bens tutelados” (passíveis de alterações ou renovação plena). A medida possibilitava ao órgão municipal do patrimônio cultural, controlar a renovação da área tendo por referência a ambiência estabelecida pelas edificações protegidas (tombadas e preservadas). Por outro lado, a medida buscou também combater o preconceito existente em relação à preservação, muitas vezes confundida com congelamento.

Em 1987, a continuidade da mobilização comunitária junto à Câmara de Vereadores viabilizou a proteção da região pela Lei Municipal 971, que foi regulamentada pelo Decreto 7.351, de 1988. Neste mesmo ano, o Decreto 7.612 consagrou a APA como instrumento de proteção urbana aplicável em toda a cidade. Cabe destacar que o instrumento APA servia também para proteger as áreas “com características ecológicas e paisagísticas notáveis”. Tendo em vista a duplicidade atribuída ao instrumento APA, o texto do Plano Diretor Decenal da Cidade, de 1992, incorporou integralmente o conteúdo do Decreto 7.612/88, como definição de um novo instrumento específico para a proteção urbana denominado Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC). A partir do Plano Diretor, a sigla APAC passou a identificar todas as áreas urbanas protegidas da cidade, inclusive e, principalmente, a dos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro - Sagas.⁴

A proteção urbana legalmente estabelecida ofereceu um obstáculo à renovação indiscriminada da região, nos três bairros e parte do Centro. No entanto, não trouxe os benefícios demandados pelas comunidades no tocante à infraestrutura, segurança, transporte etc. O processo de esvaziamento e obsolescência da região se manteve e justificou a retomada, em 2009, das antigas intenções de radical renovação, materializadas na Operação Urbana Consorciada, denominada oficialmente de Projeto Porto Maravilha, estabelecido pela Lei Municipal Complementar nº101/2009. A iniciativa visou a reestruturação urbana de uma Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) com cerca de 5 milhões de Km², que incluiu toda a APAC-Sagas. Novamente, foi proposta a radical verticalização da área, com edificações cujos gabaritos vão de 30 a 50 pavimentos na retroárea do Cais da Gamboa. A mobilidade é contemplada com a proposta de conexão da região com o Centro, por linhas de VLT, além do tratamento paisagístico da Avenida Rodrigues Alves, tipo *waterfront*, com a demolição do viaduto da avenida perimetral e o enterramento das pistas de rolamento. O Porto

³ - Disponível em Hemeroteca da Biblioteca Nacional em

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Sa%C3%BAde,%20Gamboa,%20Anto%20Cristo%22&pasta=ano%201984\edicao%2000196&pagfis=129313, acessado em 20/04/2024.

⁴ - Na Subseção I – Das Unidades de Conservação Ambiental (UCA) – a APA passou a denominar as, enquanto a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) passou a denominar áreas com “características paisagísticas notáveis, cuja ocupação deve ser compatível com a valorização e proteção da sua paisagem e do seu ambiente urbano e com a preservação e recuperação de seus conjuntos urbanos.”



Maravilha menciona o incremento ao uso residencial na área e novos habitantes. No entanto, não menciona os existentes, tampouco estratégias de mitigação da inevitável gentrificação.

As impressões de alguns dos principais participantes originais do Projeto Sagas

Em função da sua relevância para a construção da política de patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro e da continuidade do quadro de ameaças de renovação do seu tecido urbano e social, bem como à permanência da sua população, foi realizado no antigo Centro Cultural José Bonifácio, atual Museu da História da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB), em 14/08/2024, o evento denominado *Sagas: 40 anos depois*. Buscou-se o mesmo local e mês em que todo o processo foi originado para realizar um balanço das conquistas e problemas ainda encontrados para a plena conservação do conjunto que foi protegido legalmente nos anos 1980⁵.



Figura 3 – Cartaz do evento “Sagas: 40 anos depois”. Fonte: Instituto 215.

Antônio Carlos Machado, ou Machado, como é conhecido no bairro, foi presidente da AMAS⁶, nos anos 1980. Ele recorda alguns aspectos sobre o início do movimento de moradores em prol da preservação dos bairros:

(...) a comunidade naquele momento brigava contra um processo político de esvaziamento desta região visando sua demolição. Existia um projeto ‘arrasa quarteirão’ para implantação de um projeto chamado inicialmente de “Rio dólar” e que depois teve outros vários nomes, capitaneado pela Associação Comercial.

Segundo ele, a situação de incertezas dos moradores gerada com as especulações veiculadas pela mídia, em geral, motivaram a formação do movimento, aproveitando o cenário político favorável de

⁵ - Evento organizado por Claudio Lima Carlos, Rose Compans e Teresa Guilhon, com apoio institucional do Programa de Pós-graduação em urbanismo (PROURB/FAU/UFRJ), Programa de Pós-graduação em Projeto e Patrimônio (PPGPP/FAU/UFRJ) e Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPACS/IM/UFRRJ). Participaram do evento Dora Alcântara, Sonia Rabello, Júlio Sampaio, Alberto Taveira, Evelyn Furquim Werneck Lima, Cristóvão Duarte, James Miyamoto, além de representações de organizações comunitárias locais.

⁶ - Intervenção feita no encontro “Sagas: 40 anos depois”, realizado no Museu de História da Cultura Afro Brasileira (MUHCAB), no dia 14/08/2024.



redemocratização lenta e gradual, a partir do afrouxamento da ditadura civil-militar que efetivamente foi erradicada em 1985:

Alguns moradores da região resolveram se mobilizar contra essa situação, porque existia um incentivo do governo estadual para mobilização das comunidades. Esse grupo se reuniu e criou a Associação de Moradores e Amigos da Saúde (AMAS) para tentar mobilizar essa região que estava muito abandonada e degradada. Percebemos que alguma coisa estava errada porque ninguém do poder público aceitava a ideia de fazer qualquer tipo de melhoria nesta região. Resolvemos fazer a Quinzena de Debates sobre o bairro da Saúde que aconteceu em 1983, aqui neste mesmo prédio.

Diversos temas foram discutidos e um dos temas era a questão da moradia, dos prédios e pela primeira vez no Brasil, reuniram-se os três níveis de preservação cultural (municipal, estadual e federal). Nunca tinha acontecido isso. Desta reunião, tiramos a proposta de congelamento da área, ou seja, para que nenhuma licença fosse concedida e que se iniciasse um estudo de como se poderia trabalhar esta região porque o nosso zoneamento era Zona Portuária (ZP), onde tudo era permitido, menos explosivos.

Muitos moradores no início não entendiam o que nós estávamos pretendendo fazer. Diziam que Associação de Moradores e, principalmente, o Carlos Machado era o responsável pela degradação do bairro. Uma degradação que já vinha de muitos e muitos anos atrás. O arquiteto Luiz Eduardo Pinheiro⁷, que era professor da Faculdade Silva e Souza propôs aos alunos dele iniciarem o levantamento da região e foi feito o levantamento e cadastramento dos prédios da região para embasar a proposta de preservação.

Machado, apesar da aprovação de alguns moradores, detecta rejeição de outros por falta de informação:

“(...) no início a proteção foi muito bem aceita. Conseguimos a isenção de IPTU para os imóveis que fossem restaurados, como existe até hoje, mas muitos moradores deturpavam com *fake news* dizendo que não se podia fazer qualquer tipo de reforma aqui porque não era permitido, porque o Projeto Sagas não permitia. E durante muito tempo e ainda hoje, existem moradores que afirmam isso, categoricamente.

O arquiteto e urbanista Luiz Eduardo Pinheiro foi integrante da equipe original e um dos principais idealizadores do Projeto Sagas. A partir de seu interesse inicial pela região, que envolveu alunos de arquitetura e urbanismo, foi possível desenvolver toda uma metodologia de inventário que orientou as propostas de proteção e revisão da legislação urbanística em vigor na época. Pinheiro, a partir de uma comparação entre o início do Projeto Sagas e os atuais rumos da APAC que ele originou, realiza uma importante reflexão:

Eu creio que a gente poderia analisar, fazer esses debates aqui sob alguns prismas. Um, é o histórico do Sagas. Como isso começou, no que isso deu. Dois, como foram estabelecidos os critérios de preservação. Três os caminhos desta preservação. O que o poder público vem fazendo, o que as comunidades vêm fazendo. E de que maneira vem se comportando tudo isso. Quarto, fazer uma análise geral de tudo que aconteceu pra saber, como qualquer planejamento urbano, pra gente saber, a gente precisa fazer uma análise, uma avaliação e fazer propostas de “re-rumo”, reorganizar os rumos desta APAC.

⁷ - Arquiteto e urbanista, integrante da equipe e idealizador do Projeto Sagas, presente na mesa do evento Sagas: 40 anos depois, realizado no Museu de História da Cultura Afro Brasileira (MUHCAB), no dia 14/08/2024.



São 40 anos, pra mim são mais de 40 anos, são 43, 44 anos, que eu estou ligado a isso daqui e de uma certa maneira, muita coisa eu não sei se eu vou fantasiar, se eu vou idealizar ou se vou esquecer de propósito as coisas ruins, porque o tempo mitifica a memória. E as vezes a gente não consegue mais recordar o real, mas aquilo que ficou. E nem sempre o que fica na memória foi o que realmente aconteceu. A gente as vezes troca alguma coisa (...). Vai fazendo essas coisas. A memória vai fazendo com que a gente faça essa seleção. Eu vou dar um testemunho particular. Eu não tenho um rigor científico com o que eu vou falar com vocês. Na realidade é a minha memória afetiva de tudo que aconteceu comigo. E o que foi este trabalho pioneiro na cidade do Rio de Janeiro, sem sombra de dúvida, isso não é mitificação. Trabalho pioneiro de preservação e de planejamento urbano. Porque isso daqui foi um verdadeiro trabalho de planejamento urbano no qual a preservação estava inserida. Através da preservação foi inserido um verdadeiro trabalho de planejamento urbano.

Como é que eu cheguei aqui? Eu era professor da Faculdade de Arquitetura Silva e Souza, tinha sido professor assistente, depois fui substituto do arquiteto Pedro Alcântara (marido de Dora Alcântara), (...) tinha sido aluno da Dora Alcântara com muito orgulho. São dois pilares na minha vida. Eu sou muito privilegiado por ter convivido com eles. E na Silva e Souza, eu que sempre passava por aqui e ficava encantado, resolvi fazer com os alunos, a partir de 1981 (...), um inventário, pegando as fichas do INEPAC, porque eu trabalhava no INEPAC (Instituto Estadual de Patrimônio Cultural). Nós pegávamos aquelas fichas e começamos a fazer um fichamento de todo este casario daqui. E começamos com várias turmas.

Em 1983, a AMAS resolveu fazer uma quinzena de debates sobre seus problemas e eu era muito amigo do Pedro Carlos Bonazol e a Virgínia, que era, na época, namorada dele, depois eles se casaram naquela igrejinha ali (Nossa Senhora da Saúde). Eles estavam fazendo um trabalho sobre a igreja e estavam em contato com a associação de moradores. A associação de moradores estava querendo discutir as questões relativas à moradia. A manutenção, ao bem-estar dos moradores ali, como o Machado já falou, havia uma legislação que permitia tudo, menos *camping* e explosivos. Era um “arrasa quarteirão”. Toda essa região estava sob o foco da demolição de todo este casario para que fosse transformada em garagem para a Área Central de Negócios (ACN), a partir da Presidente Vargas pra cá, essa região era o quintal da ACN. E tudo aqui era pra ser arrasado, incluindo a expulsão dos moradores. Só pra ter uma ideia, o único grande investimento público nesta área tinha sido uma escola, a Raposo Tavares, em 1964. Foi o último grande investimento público na área.

Sobre esta escola, Machado lembra que:

Ela foi construída para remanejar os alunos da antiga escola José Bonifácio (atual MUHCAB) que estava caindo aos pedaços. A escola foi construída no governo Carlos Lacerda.

O arquiteto, continua sua crítica com relação à postura do poder público no trato da região:

Foi o último investimento público na área. Os moradores não tinham nada. Iluminação péssima, transporte público, péssimo. Segurança, péssima. Saúde, péssima. Tudo era muito ruim. Mas aí, o que aconteceu? Os moradores resolveram fazer esta quinzena de debates sobre o bairro da Saúde e convocaram as outras associações de bairros também.

O descaso do poder público, segundo Luiz Eduardo, se manifestava até na toponímia adotada oficialmente para o local, que desprezava aspectos históricos relevantes da região:

Inclusive, aqui, que hoje é denominado Gamboa, é a Saúde histórica que um desses burocratas da prefeitura pegando uma caneta resolveu dividir a geografia da cidade (...) daqui



pra cá, é Gamboa. Daqui pra lá, é Saúde. A Igreja de Nossa Senhora da Saúde ficou na Gamboa; e o Hospital da Gamboa ficou em Santo Cristo. Uma coisa muito engraçada.

O arquiteto revela que os órgãos responsáveis pela saúde, educação, transportes, dentre outros, que representavam grande parte dos problemas destacados pelos moradores da região, não deram a importância devida às reivindicações e abandonaram o grupo de trabalho, sem qualquer justificativa, permanecendo apenas a Faculdade Silva e Souza, os órgãos de patrimônio cultural e de cultura.

Durante esta primeira quinzena de debates vários órgãos dos poderes municipal, do estadual e federal foram convidados a participar desta quinzena de debates. E todos os problemas foram elencados. Foi tirada uma comissão, após acabar tudo, pra ficar estudando as questões relativas aos bairros. E de repente, todo mundo foi saindo. Todo mundo foi saindo.

(...) Eu vim com meus alunos pra cá. Convidados pra participar desta quinzena de debates. A partir daí (...) foi chamado o INEPAC que permaneceu. O IPHAN permaneceu. A Silva e Souza permaneceu. A Rio Arte permaneceu. A Fundação Rio permaneceu. A Associação de Moradores permaneceu. Ou seja, só permaneceram as pessoas ligadas ao patrimônio cultural. E todo o resto, Saúde, Educação, Transporte, Saúde Pública, todo esse pessoal foi embora. O Ítalo Campofiorito, à época, diretor do INEPAC deu um título enorme ao grupo (...) e aí, passamos a nos reunir. Eram pessoas exclusivamente ligadas ao patrimônio cultural. E percebemos o seguinte: quem sabe se nós tratarmos isso daqui como um grande patrimônio cultural, quem sabe o poder público não vai respeitar e investir na melhoria do resto por ser considerado patrimônio cultural da cidade? Esse foi o grande mote. Porque o Projeto Sagas ficou apenas com a preservação. Porque os demais órgãos fugiram da raia. E aí, nós perguntamos: quem sabe, o patrimônio salva? Quem sabe, a cultura salva? Às vezes eu fico perguntando, será que salva? Comemorar 40 anos. A gente faz uma comemoração ou a gente faz uma "choração"? Mas, o importante foi que foi feito por este grupo. Aí, o Nazih⁸, disse: vamos adotar o nome Sagas porque é uma grande saga. E ficou como Projeto Sagas. Tiramos a parte do centro porque se não ficaria Sagace.

Luiz Eduardo ainda pontua sobre o preconceito reinante, entre arquitetos e órgãos de patrimônio cultural, sobre a arquitetura modesta que caracteriza a paisagem urbana da região. Sobre este aspecto, cabe salientar que o Projeto Sagas, o Projeto Corredor Cultural, a Diretoria de Patrimônio Cultural e mais tarde Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC) foram pioneiros na proteção deste acervo de obras modestas, preservando diversos conjuntos de sobrados, vilas operárias e cortiços na cidade. Essa arquitetura, segundo o arquiteto, representava:

Um patrimônio que, naquela época, era muito malvisto pelos órgãos de patrimônio e pelos arquitetos. Esse casario, que eu não chamo de eclético porque é uma linguagem muito mais popular. O eclético tem sua linguagem erudita. É um casario "ecletoso", romântico. Digo romântico porque representa uma visão livre de arquitetura erudita. Um eclético livre. Este tipo de arquitetura estava se perdendo. O Augusto Ivan, no Corredor Cultural, estava tentando preservar. Se discutia muito naquela época, esta linguagem arquitetônica que não era a que o IPHAN havia colocado como "arquitetura de pedra e cal". Este tipo de arquitetura precisa ser preservada e estava sendo arrasada. Nós começamos a fazer este tipo de trabalho.

A partir da percepção da importância dessa arquitetura menor, traçou-se a estratégia metodológica que caracterizaria as APAC da cidade:

⁸ - Arquiteto Ahmed Nazih Murad Heloui, à época atuante no INEPAC.



Depois que a gente terminou de fazer o levantamento nós resolvemos propor o tombamento nas três esferas de vários bens e estudar como área de entorno, todos os imóveis que nós havíamos considerado como de interesse para a preservação. Então nós fizemos isso e deu este trabalho daqui. Foram tombados alguns bens em nível municipal, estadual e federal. E com isso nós fizemos toda a área de entorno e conseguimos então fazer esta preservação.

Depois, somente depois, com a ajuda da Sonia Rabello, foi feito um estudo para se criasse uma figura chamada APA (Área de Proteção Ambiental) como acontecia em Santa Teresa. Só que em Santa Teresa a APA é muito genérica no que diz respeito à preservação. E aqui então foi feito um estudo pioneiro. E por que é pioneiro? Porque a partir desta iniciativa da associação de moradores, todas as propostas eram levadas aos técnicos, eram discutidas em plenárias cheias. Os técnicos faziam seus estudos e faziam seus trabalhos técnicos, como tais, e traziam pra cá. As plenárias cheias: isso nós queremos, isso nós não queremos. Depois de um ano nós entregamos o trabalho feito a todas as esferas.

Luiz Eduardo recorda um episódio emblemático que ilustra o momento político que vivia o país e a cidade, e a luta pelo Direito à Cidade empreendida pelos moradores dos bairros da região portuária.

O Ítalo Campofiorito trouxe o professor Darci Ribeiro e o Brizola também veio. E o Darci Ribeiro ao sair do carro e chegar aqui, com aqueles seus devaneios disse: "Isso é uma maravilha! Vamos tombar tudo isso daqui!". E o (José) Guerreiro (vice-presidente da AMAS, na época) respondeu: "professor, nós moradores não queremos ser tombados, nós queremos ser preservados nesta área".

OS ANOS 1990 E AS VÁRIAS PROPOSTAS DE REVITALIZAÇÃO DA ÁREA PORTUÁRIA

Nos anos 1980 e 1990, o movimento social pela proteção urbana legalmente alcançada pelas comunidades locais, não foi suficiente para arrefecer as intenções da prefeitura de renovação radical da região, formada pelos três bairros e parte do Centro, tampouco estancar o processo de esvaziamento e obsolescência da área. As reivindicações das comunidades, no tocante às melhorias na infraestrutura, segurança, transporte e conservação do seu patrimônio continuaram a ser ignoradas pelo poder público em contraste com diversos projetos radicais de revitalização da retro área do cais da Gamboa.

Por outro lado, as diretrizes neoliberais adotadas pelo governo Fernando Collor de Mello conduziram à privatização e extinção de diversas empresas públicas federais. Sob este contexto, a Portobrás, empresa que centralizava o gerenciamento dos portos brasileiros, foi extinta, no início dos anos 1990. Com a mudança, as empresas responsáveis pela administração dos portos brasileiros tornaram-se independentes para gerir seus patrimônios visando a obtenção de renda para subsistirem. No caso da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) responsável pelo cais do porto, a situação gerou incertezas e apontou para uma posição especulativa e pouco definida por parte da sua direção. (Lima Carlos, 1994, p. 81)

A matéria intitulada "O Rio reabre debate sobre áreas federais", publicada no Jornal do Brasil de 20/04/1987, apresentou mais um componente no complexo quadro da região portuária. Tratava-se do destino do número significativo de áreas federais existentes na cidade, especialmente, na retro área do Cais da Gamboa. Segundo a matéria, o interesse do presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) de apoiar o projeto de instalação de um centro de comércio internacional e telecomunicações na zona portuária, reabriu o debate sobre a ocupação de áreas do governo federal. A possibilidade despertou o interesse de empresas multinacionais como a japonesa *Nippon*



Telegraph and Telephone (NTT), a estadunidense *World Trade Center* (WTC) e nacionais, como a Riopart, banco de negócios criado pela Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro (ACERJ) para financiar os projetos de revitalização da região, e as construtoras Mendes Júnior e Norberto Odebrecht. Segundo o presidente da ACERJ: “compra-se e vende-se no mundo inteiro através do teclado de um terminal de computador”. A citada matéria também destacou o apoio entusiasmado da NTT que chegou a oferecer um “projeto de arquitetura revolucionária para a atual zona portuária carioca” cuja localização privilegiada “engloba os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo com seis quilômetros de frente para o mar, entre a Praça Mauá e a Rodoviária Novo Rio.” Por outro lado, arquitetos brasileiros de destaque, dentre eles, Oscar Niemeyer e Sérgio Bernardes também ofereceram opções ousadas de aproveitamento da área com soluções avançadas para a época.⁹

Sob uma atmosfera de incertezas estimuladas pela veiculação massiva de notícias que apresentavam as intenções de revitalização da área por parte da Companhia Docas, combinadas a diversas propostas especulativas de renovação da região, assim como os candidatos a investidores, a prefeitura da cidade criou, no período 1991-1993, Grupos de Trabalho para definição de parâmetros de uso e ocupação da zona portuária, além de uma Câmara Técnica para formulação da legislação de uso e ocupação da região. Como resultado, a prefeitura criou uma Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) – que abrangia a área relativa à retro área do cais do porto – encaminhando para tombamento conjunto de edificações nela situadas: os armazéns da linha do cais de 1 a 7; os prédios localizados nos números 2 e 10 da Praça Mauá; armazém localizado na Avenida Rodrigues Alves nº 293; além da inclusão na listagem de bens protegidos pela APAC Sagas, do armazém localizado na Avenida Rodrigues Alves 303/331 (atual AquaRIO). (Lima Carlos, 1994, 79-82)¹⁰

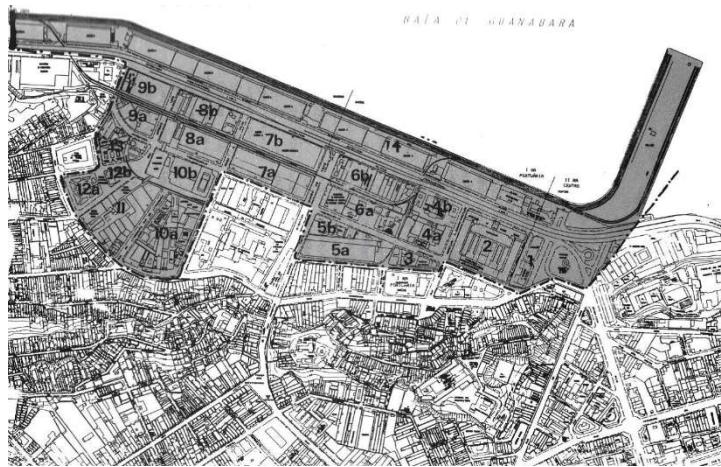


Figura 4 – AEIU da zona portuária – Decreto 12.065/93. Fonte: Autor sobre planta cadastral, 1993.

⁹- Disponível em

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Sa%C3%BAde,%20Gamboa,%20Anto%20Cristo%22&pasta=ano%201987\edicao%2000012&pagfis=197601, acessado em 27/08/2024.

¹⁰ - Os Grupos de Trabalho eram constituídos por membros de diversos órgãos da prefeitura, inclusive o do Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC) e foram criados pelos decretos municipais nº 10.057/91, 12.065/93 e a Câmara Técnica foi estabelecida oficialmente pelo decreto nº 10.381/91.



Figura 5 – Mapa de localização da APAC Sagas e demais áreas de proteção do Centro histórico da cidade do Rio de Janeiro.
https://www.researchgate.net/figure/Figura-01-Mapa-de-Areas-de-Preservacao-Corredor-Cultural-APAs-APACs-no-entorno-da_fig21_321197270

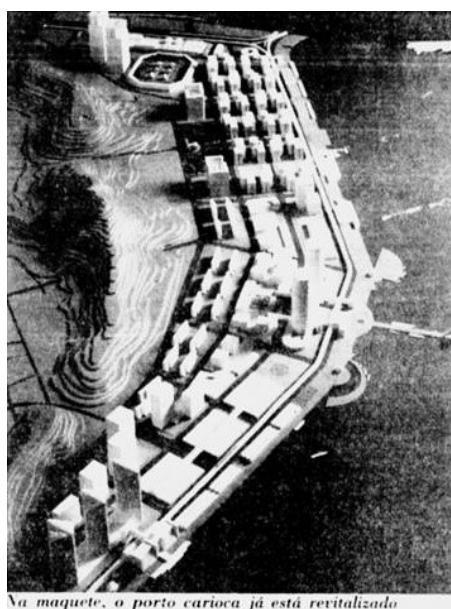


Figura 6 – Maquete especulativa da ideia de revitalização pretendida para a área, em 1987. Fone:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Sa%C3%BAde,%20Gamboa,%20Santo%20Cristo%22&pasta=ano%201987\edicao%2000012&pagfis=197601, acesso em 28/08/2024.

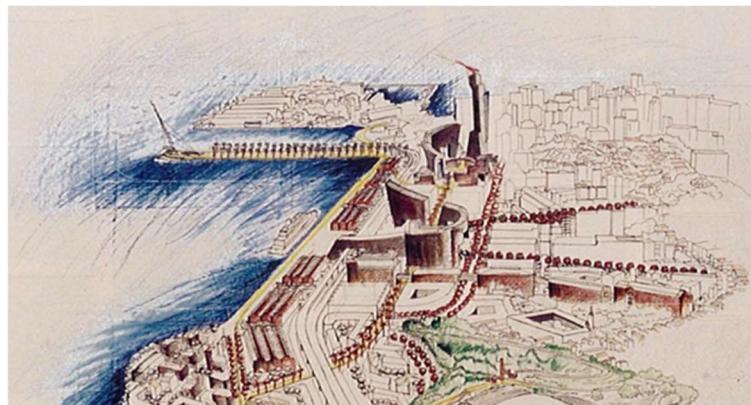


Figura 7 - Perspectivas da área portuária com a ocupação proposta pelo projeto *Rio Water Front* (1993). Fonte: <http://www.jauregui.arq.br/waterfront.html>, acessado em 13/01/2016.

Apesar do estabelecimento da proteção urbana dos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, em 1987, após grande mobilização comunitária, constatou-se que a cultura não foi capaz de salvar a região dos ataques especulativos e do deliberado processo de obsolescência, conforme destacado pelo arquiteto Luiz Eduardo Pinheiro, anteriormente citado. Observou-se na cidade um fenômeno caracterizado pela gradativa desmobilização das associações de moradores, concomitantemente, ao abandono do Plano Diretor Decenal da Cidade em função da adoção dos Planos Estratégicos que, a partir da gestão do prefeito Cesar Maia (1993-1996), passaram a ser o principal instrumento de planejamento, considerando a revitalização da zona portuária como prioritária para a cidade. A gestão municipal passou a priorizar o ingresso da cidade no calendário de grandes eventos esportivos internacionais (Olimpíadas, Jogos Panamericanos, Copa do Mundo etc.), tendo por grande referência as Olimpíadas de Barcelona, de 1992, e todo o planejamento realizado pela prefeitura local. Segundo Vainer (2011, p. 2):

Deste processo nasceu a candidatura de Luiz Paulo Conde e a primeira candidatura da cidade a sede olímpica, que contou com consultoria catalã. Na verdade, os catalães já haviam introduzido no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio sempre Rio”, mas que poderia igualmente chamar-se “Rio finalmente Barcelona”:

Cabe destacar que a cidade do Rio de Janeiro foi eleita sede dos Jogos Olímpicos de 2016, em 2009, e a região portuária foi encarada como estratégica para o evento. O quadro criou um ambiente favorável para a retomada, em 2009, das antigas intenções de renovação urbana radical da área portuária que foram materializadas na Operação Urbana Consorciada, denominada oficialmente de Projeto Porto Maravilha (Lei Municipal Complementar nº101/2009), cuja área de intervenção (AEIU) incluiu toda a APAC-Sagas. Novamente, foi proposta a radical verticalização da área, com edificações com gabaritos de 30 a 50 pavimentos na retroárea do Cais da Gamboa. A mobilidade foi contemplada com a proposta de conexão da região com o Centro, por linhas de VLT, além do tratamento paisagístico da Avenida Rodrigues Alves, tipo *waterfront*, com a demolição do viaduto da avenida perimetral e o enterramento das pistas de rolamento. O Porto Maravilha menciona o incremento do uso residencial na área com a inserção de novos habitantes, sem, no entanto, mencionar os existentes, tampouco estratégias de mitigação da inevitável gentrificação e de tratamento dos problemas apontados pelos moradores há 40 anos.

Machado, ex-integrante da AMAS, faz um importante relato sobre o presente dos bairros da região portuária, destacando a mudança ocorrida na governança municipal, a partir da gestão do prefeito



Cesar Maia, juntamente com a desmobilização que se abateu sobre a comunidade do bairro, como causas da aprovação do Projeto Porto Maravilha, sem resistência, na câmara de vereadores. O quadro foi decisivo para a inação da prefeitura perante os problemas detectados pelo Projeto Sagas. Segundo Machado:

O Sagas está aí. Ele foi minado. Ele não é mais o projeto original. A partir do governo Cesar Maia, ele começou a degradar esse projeto. Muitas coisas foram passadas por cima, não foram levadas em consideração. O próprio Projeto Porto Maravilha não leva em consideração o Projeto Sagas. É uma coisa que a comunidade não foi ouvida. Nada dessa coisa maravilhosa do Porto Maravilha serve para nossa comunidade. Nós não temos uma associação atuante no momento que possa peitar, discutir, que possa questionar. Nós precisamos de uma série de coisas que o governo não nos atende. A qualidade do nosso transporte piorou muito. O VLT não atende as nossas necessidades. Os ônibus que nos atendiam, há quarenta anos atrás, que eram insuficientes, com o VLT ficou pior. (...) Nós temos algumas coisas que são muito básicas. Praça da Harmonia, stand de tiro da Polícia Militar, aquilo é um absurdo. Há quarenta anos nós brigamos para tirar aquele stand de tiro dali e transformar aquele local em um local cultural. O poder público faz ouvido de mercador. Hoje a quadra está servindo de estacionamento para o pessoal que serve no batalhão. (...) Aquilo ali pertence à comunidade. Aquele espaço integra a Praça. (Grifo do autor)



Figura 8 – A nova AEIU estabelecida pelo Projeto Porto Maravilha, em 2009, que engloba toda a APAC Sagas.
<https://slideplayer.com.br/slide/10170806/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de luta comunitária que originou o Projeto Sagas e seus respectivos desdobramentos, exemplifica, dramaticamente, a busca pelo Direito à Cidade, desenvolvida no Rio de Janeiro por associações de moradores em reação ao predomínio dos interesses corporativos sobre os coletivos. Este quadro estabeleceu um ambiente caracterizado por constantes tensões e conflitos, onde a voz dos mais fracos tende a ser sempre silenciada.



Nos anos 1980, a cidade do Rio de Janeiro, vivenciou um momento contraditório em termos de políticas urbanas. De um lado, observou-se a construção gradativa de um promissor ambiente político de redemocratização que proporcionou a formação de movimentos sociais urbanos organizados em associações de moradores, que lutaram por melhores condições de vida, contra a especulação imobiliária, pela preservação ambiental e do patrimônio cultural de seus bairros etc. Sob este cenário, ocorreu a decretação da APA Sagas, em 1985, que em 1987, com apoio do poder legislativo municipal, passou a ser protegida por lei.

Por outro lado, de forma concomitante, ocorreu a absorção de políticas neoliberais iniciadas pela esfera federal, no governo de Collor de Mello, a partir de 1990. Na cidade do Rio de Janeiro, esse quadro se refletiria a partir da primeira gestão do prefeito Cesar Maia (1993-1996), que sucedeu a promulgação do primeiro Plano Diretor Decenal da Cidade, ocorrida em 1992, com a participação efetiva da sociedade civil organizada. Na gestão do prefeito, iniciou-se, gradativamente, o abandono do Plano Diretor em função da adoção do Planejamento Estratégico da cidade. O Plano Estratégico da Cidade tornou-se o principal instrumento que passou a estabelecer seus rumos, segundo os interesses corporativos em parceria com o poder público municipal. Os Planos Estratégicos se sucederiam nas gestões posteriores sendo sempre amigáveis ao mercado e nada às comunidades de bairros cariocas, principalmente as mais carentes ou periféricas.

A priorização máxima da internacionalização da marca Rio de Janeiro, associada ao papel de sede de grandes eventos internacionais, em acordo aos interesses da indústria turística e da construção civil, ignorou as necessidades básicas das comunidades cariocas. Observa-se a união dos poderes executivos e legislativos municipais nesta direção, o que torna qualquer hipótese contrária inviável.

Mediante este cenário, pode-se considerar que o projeto Sagas falhou. As melhorias demandadas originalmente, não foram alcançadas, fazendo com que as comunidades passassem por um agonizante processo de desmobilização, em virtude da percepção da opressiva predominância do pensamento único do planejamento da cidade voltado aos interesses corporativos, consolidado por propaganda massiva e constante que divulga um Rio de Janeiro irreal. Por outro lado, o Projeto Sagas foi e será sempre um símbolo de luta comunitária que merece ser rememorado, principalmente nos tempos atuais, como exemplo de que a mobilização e conscientização das comunidades cariocas pode oferecer um desejável equilíbrio de forças, tornando a cidade um pouco mais justa.

REFERÊNCIAS:

Castells, M. Cidade, democracia e socialismo. Paz e Terra, 2008.

Chagas, Ana F. e Chagas, M. (org.). O direito à cidade na França e no Brasil: uma nova agenda urbana? – Questões para um debate necessário e fecundo. PPGAU/FAUBA/Lugar Comum, 2018.

Harvey, D. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes, 2014.

Harvey, D. Espaços de Esperança. Loyola, 2015.

Lefebvre, H. Direito à cidade. Centauro, [1968] 2009.



Lima Carlos, C. "Una mirada crítica a la zona portuaria de Rio de Janeiro", Bitacora, v. 17, n. 2 (2010): p. 23-54.

Lima Carlos, C. "Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro: apogeu, decadência e revitalização", Cadernos do Patrimônio Cultural, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, v.3, n.45, (1994), p. 79- 84.

Montaner, J. M.; Muxi, Z. Arquitetura e Política. Gustavo Gilli, 2014.

Rabha, Nina M. de C. "Entre Ontem e Amanhã, Acontecer Hoje", Cadernos do Patrimônio Cultural/Secretaria Municipal de Cultura, vol. 3, No. 4-5 (1994): p. 63-65.

Rabha, Nina Maria de Carvalho, "Cristalização e Resistência no Centro do Rio de Janeiro", Revista do Rio de Janeiro - UFF, Departamento de História, vol. 1. (1985): p. 35-59.

Sampaio, J. C. R. "A Trajetória da Preservação dos Bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo", Cadernos do Patrimônio Cultural/Secretaria Municipal de Cultura, vol. 3, No. 4-5 (1994): p. 68-77.

Vainer, Carlos. "Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro", Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR, <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/635/622> (2011): p. 1-15.